

A DEMOCRACIA NA PÓS-MODERNIDADE: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DE GRAMSCI E BOBBIO

DEMOCRACY IN POST-MODERNITY: A LOOK FROM THE PERSPECTIVE OF GRAMSCI AND BOBBIO

Tiago Tavares e Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-0641-5189>

Angelo Girotto²

<https://orcid.org/0000-0001-8794-0799>

José Antonio Spinelli³

<https://orcid.org/0000-0002-6441-8305>

RESUMO

O presente artigo realiza uma releitura do estado da democracia, notadamente no Brasil, a partir das obras de Antonio Gramsci e Norberto Bobbio. Dialogando com a noção de pós-modernismo, adentra no debate sobre a redemocratização brasileira, propondo questões acerca da democracia nas disputas pela hegemonia. Conclui que a democracia passou a incorporar a estratégia dos atores políticos contra-hegemônicos, tornando-se palco privilegiado das disputas pela direção da sociedade civil.

Palavras-chave: Democracia; Pós-modernidade; Gramsci; Bobbio.

ABSTRACT

This article reinterprets the state of democracy, notably in Brazil, based on the works of Antonio Gramsci and Norberto Bobbio. Dialoguing with the notion of postmodernism, it enters the debate on Brazilian redemocratization by proposing questions about democracy in the disputes for hegemony. It concludes that democracy began to incorporate the strategy of counter-hegemonic political actors, becoming a privileged stage for disputes over the direction of civil society.

Keywords: Democracy; Post-modernity; Gramsci; Bobbio.

¹ Historiador lotado no Centro de Ensino Superior do Seridor da UFRN

² Técnico lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

INTRODUÇÃO

A pós-modernidade não é só uma periodização referente ao tempo compreendido das últimas décadas do século XX até hoje. Também não é um movimento conciso, homogêneo, que une diversos artistas e teóricos na procura ou reivindicação de uma determinada estética ou política social. Mais do que a própria modernidade, a pós-modernidade é difusa, fragmentada e sem uma direção clara, o que para seus ideólogos parece ser bastante positivo. Nesse sentido, as teorias e práticas políticas não ficaram indiferentes diante das novas circunstâncias e o reflexo disso foi o fortalecimento da democracia em sua versão minimalista, liberal, muitas vezes como discurso legitimador de práticas opostas. Para efeitos desta análise, temos como significativos exemplos dessa “retomada democrática” os cientistas políticos Norberto Bobbio e Antonio Gramsci.

Já no final da década de 1970, o Regime Militar brasileiro dava sinais claros de um desgaste irreversível, ou, para evitar anacronismos, de uma crise que colocava em dúvida sua continuidade. O fim da guerrilha na primeira metade da década de 1970 foi, talvez, a última vitória do Regime. Não é por acaso que o Brasil não assina como participante ativo o tratado da operação Condor⁴: já não havia resistência significativa (pelo menos armada). A segunda metade da década foi seu desgaste político e econômico. A anistia de 1979 é um exemplo claro de que a ditadura não tinha a força política de antes.

Na primeira metade dos anos 1980 cresciam os movimentos por redemocratização e as pequenas e progressivas conquistas políticas dialeticamente faziam crescer estes mesmos movimentos. Era uma reconfiguração político-partidária e social, mas na qual os antigos interesses permaneceram em uma nova linguagem que fazia tudo fora dela parecer antigo, autoritário e sem legitimidade: a linguagem da democracia, mas de uma democracia em que o povo se limitava a eleger a elite, que por ele, povo, decidia.

Na verdade, era um movimento que ocorria nas ditaduras da América Latina, como a argentina e a chilena, no *apartheid* sul-afriicano e nas reformas implantadas por Mikhail Gorbachev na União Soviética, ou seja, era um movimento global. Mesmo em países ditos democráticos, como os Estados Unidos, o debate em torno do que se devia entender por vontade popular estava aceso, se, antes, mais pelos direitos civis dos negros, neste outro momento pelo fim da guerra no Vietnã.

Assim, essa linguagem democrática, fruto de crises econômicas e desgastes políticos das décadas de 1970 e 1980, foi absorvida por movimentos sociais, partidos políticos, grupos latifundiários, regimes autoritários e, como veremos mais detalhadamente, teóricos como Norberto Bobbio. Era preciso ter democracia para ter ações legitimadas, por mais que fossem antidemocráticas essas ações. Em torno desse ideal – democracia –, formaram-se no decorrer de toda a década de 1980 partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), as organizações sindicais nacionais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a própria Constituição Federal e os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST: “A opção desse aglomerado heterogêneo fundador do PT, que

⁴ Pacto de colaboração mútua entre as ditaduras militares sul-americanas para coordenar as ações de repressão política na sub-região.

incluía muitos ex-membros da luta armada, grupos e teóricos marxistas, é claramente pela democracia, pelo jogo político aberto no espaço público burguês e não mais pela revolução.” (KUCINSKI, 2001, p. 182).

Dessa forma, nos anos finais do regime militar brasileiro, as famosas greves do ABC paulista mostravam não só a insatisfação popular com a ditadura, mas sim especificamente com a política de arrocho salarial do regime e a repressão aos sindicatos, reivindicando mais autonomia perante o patronato e as estruturas empresariais. Nesse tempo de articulação do Partido dos Trabalhadores ocorreram grandes debates teóricos a respeito dos rumos das esquerdas depois das derrotas nas guerrilhas, como observa Bernardo Kucinski:

Os intelectuais marxistas racharam. Um grupo liderado por Francisco Weffort, Chico de Oliveira e Florestan Fernandes, aderiu ao novo partido [que era o PT]. Outro sob a influência de Fernando Henrique Cardoso ficou de fora. Fernando Cardoso rejeitou a tese da autonomia operária, argumentando que se tratava de uma empreitada obreirista, que as relações políticas não se resumiam a relações de classe [...] Os trabalhistas, herdeiros do Getulismo e liderados por Leonel Brizola, tinham seu próprio projeto de partido, mas acabariam se aliando ao PT mais tarde. (KUCINSKI, 2001, p. 188).

Esse debate teórico visava renovação, afinal, o Brasil era visto como um país igual a duas décadas de ditadura embora, esse tempo, mesmo tomando apenas o aspecto político e governista, não foi homogêneo. O AI-5 e o fim das guerrilhas mostram alterações significativas nos governos militares, cada uma em seu momento e em suas especificidades que não cabe explorar mais aqui, para ficarmos apenas nos exemplos mais óbvios.

No entanto, a crise na qual surgiu o MST e o PT não era apenas econômica, política e social. Talvez, em decorrência destas, era também uma crise conceitual, como coloca Jacques Revel (1998) ao pensar no surgimento da chamada micro-história. Esta, para o autor, em parte, é reação a determinadas concepções da história social, notadamente aquela em torno dos *Annales*. Era caracterizada pelos estudos de longa duração; ênfase nas grandes categorias sociais; prioridade concedida à medida. Como consequência, a opção pela série requeria a invenção de novas fontes e destas se deveriam extrair indicadores simplificados na busca por determinadas propriedades para formulação de modelos gerais. Esses modelos gerais passavam por validação que, com o tempo, passou-se a tomar os objetos como coisas (sofisticação dos métodos; experimentação esquecida). Era a produção de François Simiand, mas também de Durkheim e dos historiadores Marc Bloch, Lucien Febvre e da geração seguinte com Labrousse e Braudel. A lenta crise nos anos 1970/80 ficou sem resposta convincente dos estruturalistas, funcionalistas e marxistas. Como, ao mesmo tempo, resultado e causa dessa crise, a micro-história questionava os paradigmas que unificavam as ciências sociais. As crises que não tinham explicações consistentes no campo global e dentro de modelos prontos abriram novas formas de experimentação na história e ciências sociais.

Aqui, não cabe analisar com pormenores a micro-história tal como fez Revel, mas perceber o quanto essas crises – conceitual, econômica e política alteraram as ideias vigentes

de democracia nas teorias políticas, no discurso dos partidos e no cenário dos movimentos sociais na chamada pós-modernidade. Essa alteração parece justamente ter caminhado no sentido da necessidade da democracia, do enfraquecimento do marxismo-leninismo, de respostas ou debates em torno do pós-estruturalismo e, como já exposto, da micro-história. Para analisar essa transformação optamos por considerar o pensamento de Norberto Bobbio produzido na época em questão e Antonio Gramsci que, apesar de ter produzido nos anos 1930 (mas também diante de questões envolvendo democracia e regimes totalitários), foi redescoberto pelo marxismo da segunda metade do século XX.

EXISTE PÓS-MODERNIDADE?

Ao se pensar em pós-modernidade é bastante oportuno iniciar a reflexão fazendo uma contraposição entre esta e a modernidade, pois foi a partir desta oposição, como parece estar claro, que surgiu o termo. “O significado fundamental, ou pelo menos inicial, do pós-modernismo, tem que ser que não há modernismo, não há modernidade. A modernidade acabou” (KUMAR, 1997, p. 78). Para Kumar, então, o início dessa contraposição conceitual tem dois caminhos básicos (pois é ambíguo): significa o que vem depois, algo novo que superou o passado; também tem o final da modernidade, seu término, o *post de post-mortem*, sem necessariamente algo já definido, ou seja, a percepção do fim do moderno. “Os sentimentos modernistas podem ter sido solapados, desconstruídos, superados ou ultrapassados, mas há pouca certeza quanto à coerência ou ao significado dos sistemas de pensamento que possam tê-los substituídos” (HARVEY, 1992, p. 47).

Esta também é a via inicial de David Harvey ao tratar do pós-modernismo. Caracterizar a modernidade para, em seguida, analisar as possíveis rupturas com essas caracterizações, seja cultural, social, artística... Essa caracterização, porém, é problemática, visto que a modernidade é bastante complexa e, nos famosos termos de Baudelaire: “é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável” (HARVEY, 1992, p. 21). Em outras palavras, a modernidade é ambivalente.

Além disso, ainda segundo Harvey, podemos encontrar várias modernidades, dependendo do lugar, da época e dos grupos de intelectuais em posse do título “moderno”. De uma forma geral e inicial, no entanto, podemos colocar que “Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promove aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (HARVEY, 1992, p. 21). A(s) ambivalência(s) da modernidade acompanha(m) o caminho da ruptura, uma ruptura constante que dificulta ainda mais sua classificação: como um movimento de eterna ruptura pode ser descrito? “Tudo que é sólido se desmancha no ar” foi a resposta de Marx.

A ideia, na concepção mais contemporânea, tem sua origem no Iluminismo, no século XVIII. Daí provém a cientificidade, o progresso tecnológico e sua adoração, a valorização

da razão ou, melhor colocando, Razão, celebração do domínio sobre a natureza e a ideia de emancipação humana da ignorância, miséria e religião.

Na medida em que ele saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio do qual o projeto modernizador poderia ser realizado. Abundavam doutrinas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (uma vez permitidos os benefícios da educação) e razão universal. (HARVEY, 1992, p. 23).

Por outro lado, o século XX parece ter desmentido as promessas descritas e, assim, voltamos à questão já mencionada das variedades de modernidade. As guerras, o nazismo e fascismo provocaram alterações no projeto da modernidade. Em suma, há a “suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana” (HARVEY, 1992, p. 23). Cabe aqui pensar: como causa, efeito ou ambos? “[...] a criação destrutiva” a partir das catástrofes do século passado, isto é, uma condição que os modernistas tinham para renovar, um exemplo certamente notável foi a modernização de Paris sobre os escombros da cidade antiga. Já a barbárie nazista e o lançamento, pelos Estados Unidos da América, de bombas atômicas sobre o Japão, já vencido na Guerra, são episódios que se inscrevem no tópico que Luckács chamaria de destruição da Razão.

Diante da complexidade da modernidade, no entanto, podemos encontrar algumas qualidades perenes. O “instantâneo” tem uma função na modernidade diante da criação destrutiva, que é o próprio ato de criar incessantemente, de destruir o velho e impor o novo e, assim, paradoxalmente, esse instantâneo é a busca do imutável na modernidade. “O artista moderno bem-sucedido era alguém capaz de desvelar o universal e o eterno (...) a partir do efêmero” (HARVEY, 1992, p. 29).

Ainda nesse sentido, o modernismo sofreu alterações em sua versão mais purista do iluminismo ao incorporar a luta de classes do socialismo, notadamente depois de 1848, com a publicação do *Manifesto Comunista*, por Engels e Marx. Era o reflexo das desesperanças na Revolução Francesa, no capitalismo, enfim, numa interpretação única, verdadeira e de caráter progressista da história. Também entra nesse aspecto mais dual do modernismo a obra de Sigmund Freud e o inconsciente ou, na pintura, o movimento cubista. “Em resumo, o modernismo assumiu um perspectivismo e um relativismo múltiplos como sua epistemologia, para revelar o que ainda considerava a verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada, mas complexa” (HARVEY, 1992, p. 37-38).

Por fim, a modernidade, então, era a insaciável procura pelo novo que, no século XX, pode ser entendida como os desenvolvimentos tecnológicos, as máquinas, os novos produtos que progressivamente adentravam o cotidiano e, igualmente, atingindo cada vez maiores contingentes populacionais. Nesse sentido, ora a modernidade enfatiza o apreço pela velocidade, ora questiona a(s) utopia(s), ora, principalmente antes da Primeira Guerra, valoriza a máquina e a ordem, consequências da industrialização e sistemas totalitários. A

procura pelo eterno e imutável através da renovação, da linguagem, do efeito instantâneo parece ser a grande questão da modernidade; conseqüentemente, o fim da primeira acarreta o término da segunda.

O movimento de 1968 pode ser pensado como um dos marcos para o fim da modernidade, talvez o mais antigo e significativo. Mesmo sendo este um movimento de grandes e variadas, há quem diga indefinidas (como o próprio Bobbio), expectativas, o que veio na sequência foi justamente uma crise de paradigma, das chamadas metanarrativas, de qualquer forma de encontrar uma verdade, ainda que complexa, enfim, a crise da utopia, qualquer que seja ela. Nesse sentido, podemos apontar a queda do comunismo do Leste Europeu como um último acontecimento-símbolo nesse processo e a publicação de *O fim da história e o último homem*, de Francis Fukuyama, seu marco teórico (ainda que este visse neste processo histórico uma volta da modernidade que fora interrompida). Estamos falando da pós-modernidade.

Contudo, há um problema prévio ao tratar dela, isto é, antes mesmo de iniciar alguma definição. Como observou Kumar: “Definições entram em choque com as próprias características de racionalidade e objetividade que os pós-modernistas se esforçam para negar”. (KUMAR, 1997, p. 142). Antes de prosseguir na problemática, tomemos o seguinte adágio de Jean Baudrillard:

Aquele que finge uma doença pode simplesmente meter-se na cama e fazer crer que está doente. Aquele que simula uma doença determina em si próprio alguns dos respectivos sintomas. [...] O simulador está ou não doente, se produz verdadeiros sintomas? Objetivamente não se pode trata-lo nem como doente nem como não-doente. A psicologia e a medicina detêm-se aí sobre uma verdade que não pode ser encontrada. [...] Quanto à psicanálise, ela devolve o sintoma do domínio orgânico ao domínio inconsciente: este é de novo suposto ser verdadeiro [...]. Isto para salvar a todo custo o princípio de uma verdade e iludir a interrogação que a simulação coloca – ou seja, que a verdade, a referência, a causa objetiva deixaram de existir. (BAUDRILLARD, 1981, p. 09-10).

O que se pode aferir disso? Inicialmente, vemos uma progressão destruidora de sentido, que vai além de uma referência à realidade. Ela é uma fase posterior à ideologia, representação e dissimulação quaisquer, além de qualquer par signo-significante, pois é em si algo que, por suposto, vai além do par mentira-verdade. Essa parece ser uma característica corrente da pós-modernidade: não é uma procura por sentido que resulta em fracasso, é uma procura bem-sucedida por falta de sentido. Justamente por isso ocorrem tantos ataques à psicanálise, como vemos em, além do próprio Baudrillard, Deleuze e Guattari, pois o inconsciente freudiano é, ainda que fragmentário, nebuloso e dissimulador, um ponto obscuro de realidade, uma chama de real e, conseqüentemente, como vimos, um aspecto moderno.

Há, então, uma fetichização da falta de sentido, da atitude blasé e da intolerância com qualquer coisa que pareça a isso contrária. O conjunto dessas características – pós-modernidade – pode ser percebido como resultado das crises dos ideais modernistas,

sejam eles estéticos, sejam econômicos; poderíamos destacar a ampliação de mercado em uma sociedade na qual todos podem comprar qualquer coisa, sem quaisquer limitações de gênero, classe, etnia ou sexualidade; também é possível perceber a pós-modernidade como uma reação ao movimento anterior, a modernidade, como ocorre comumente com os movimentos, por exemplo, literário e arquitetônico.

Esse real destituído também foi o Homem destituído, sem uma utopia, sem razão e até sem as multiplicidades modernas (as multiplicidades do homem passam a ser sobrepostas caoticamente, sem nada que as separe ou as explique). Parece central na avaliação de David Harvey sobre a pós-modernidade a dissolução das fronteiras entre diferentes instâncias. Isso fica bem claro na arquitetura; em vez de grandes projetos urbanos com zonas específicas, uma cidade pluralista, com preocupações pequenas e diversas, sem colocá-las em ordem, sem algo que lembre uma cidade ou uma máquina, tal qual ocorria na modernidade. Claro que o mesmo pensamento se estende a outras categorias, observadas pelo próprio Harvey, ao se lembrar de Foucault e Lyotard:

A “atomização social em redes flexíveis de jogos de linguagem” sugere que cada um pode recorrer a um conjunto bem distinto de códigos, a depender da situação em que se encontrar (em casa, no trabalho, na igreja, na rua ou no bar, no enterro etc). [...] Os reinos do direito, da ciência e do governo burocrático, do controle militar e político, da política eleitoral e do poder corporativo circunscrevem o que pode ser dito e como pode ser dito de maneiras importantes. Mas os “limites que a instituição impõe a potenciais ‘movimentos’ de linguagem nunca são estabelecidos de uma vez por todas”, sendo “eles mesmos as balizas e resultados provisórios de estratégias de linguagem dentro e fora da instituição”. [...] Se “há muitos diferentes jogos de linguagem – uma heterogeneidade de elementos”, também temos de reconhecer que eles só podem “dar origem a instituições em pedaços – determinismos locais”. (HARVEY, 1992, p. 51).

O que ocorre é que essas sobreposições de diferentes instâncias param por elas mesmas, elas são em si a própria pós-modernidade e não um problema a ela (ou por ela) apresentado. Daí resulta uma relação estreita com a famosa “falta de sentido” da pós-modernidade, pois esta desenvolveu meios culturais e econômicos de convivência com essa problemática destruidora de sentido.

No entanto, é oportuno colocar que teóricos já encararam isso como um problema e, mais ainda, como um problema solúvel. É o caso de Slavoj Žižek ao perceber que as diferentes instâncias não são sobrepostas caoticamente, sem qualquer fio de razão; elas são deslocamentos, aspectos diferentes da verdade produzidos pelo próprio movimento perceptivo de diferentes instâncias ao se contraporem, pela paralaxe. David Harvey enumera quatro pontos para o materialismo histórico enfrentar a problemática contemporânea ou pós-moderna⁵. Dentre eles está a busca por um “acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo” e não simplesmente a tentativa de verdade total.

⁵ As demais são: tratamento da diferença como parte da própria dialética da análise do social; a ordem simbólica dos discursos e imagens não deve ser menosprezada; atentar para a importância da experiência do tempo e do espaço. (HARVEY, 1992, p. 320-321).

É bem possível que da própria pós-modernidade surja seu inverso, com mais proximidade ainda de seu antecessor, a modernidade, inclusive nas terminologias, pois seria demasiado extravagante, para não dizer patético, algo como “pós-pós-modernidade”, “mega-hiper-real”, etc. É crer nisso ou na fábula de Fukuyama de fim da história.

Assim, os caminhos da política e, em especial da democracia, parecem ter se entrelaçado com a noção da estética acima da ética. Muitos teóricos teceram uma crítica da noção abstrata de razão universal iluminista, mas, ao fazer isso, transformaram o debate em torno da democracia contemporânea em um individualismo para não correr o risco de continuar com uma metanarrativa racional, de ter um sujeito ativo na história que, segundo essa corrente de pensamento, desemboca no fascismo e totalitarismo. Outros, como Habermas e Bobbio, de modos diferentes, perceberam que a democracia estava em um novo contexto, mas isso, no entanto, não torna necessário trilhar pela despolitização ou niilismo político.

BOBBIO: A DEMOCRACIA LIBERAL

Bobbio percebe a democracia dentro de um processo evolutivo⁶ no qual ela é o seu ápice, ainda que não o faça de modo mecânico tal qual Francis Fukuyama. Para o autor: “as democracias existentes não apenas sobreviveram como novas democracias apareceram ou reapareceram ali onde jamais haviam existido ou haviam sido eliminadas por ditaduras políticas ou militares” (BOBBIO, 2000, p.9).

Assim, não é por acaso a não percepção de Bobbio sobre as várias democracias que, no início do século XX, capitularam diante do fascismo, nazismo e expansão do stalinismo no final da Segunda Guerra. Na verdade, no mesmo livro, Bobbio aborda o tema do fracasso democrático, mas em outro sentido:

Terminada a Primeira Guerra Mundial, foram suficientes poucos anos na Itália, e dez na Alemanha, para ser abatido o Estado parlamentar; após a segunda, a democracia não voltou a ser abatida nos lugares em que foi restaurada e em outros países foram derrubados governos autoritários. (BOBBIO, 2000, p. 49).

Os critérios de previsão das democracias vigentes variam quando se pensa nos regimes democráticos que foram à bancarrota, inclusive em outros períodos, como a série de democracias derrubadas por regimes autoritários na América Latina nas décadas de 1960/1970: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai... Para Bobbio, a democracia seguia um tortuoso caminho de aperfeiçoamento e consolidação diante das mencionadas crises mundiais, seja política, econômica ou teórica. Assim, seu primeiro passo da idealização foi justamente ligar a democracia às leis e as leis à justiça imparcial de modo bastante

⁶ O próprio Bobbio se coloca favorável diversas vezes acerca do liberalismo. No entanto, ideologia aqui diz respeito ao conjunto da visão, isto é, mesmo quando suas colocações não são deliberadamente liberais elas serão consideradas dentro da ideologia liberal.

enfático: “O Estado despótico é o tipo ideal de Estado de quem se coloca do ponto de vista do poder; no extremo oposto encontra-se o Estado democrático, que é o tipo ideal de Estado de quem se coloca do ponto de vista do direito.” (BOBBIO, 2000, p. 23).

Ora, as leis refletem interesses e estes interesses advêm de determinado poder conforme confirmam diferentes tradições de pensamento, seja Lênin ao colocar a democracia como instrumento da burguesia, seja Foucault ao pensar as leis como discursos de dominação e disciplina. Seja como for, a lei é fruto de um processo histórico, resultado de um confronto político-ideológico que fala em nome de uma “imparcialidade”. E, além disso, uma mesma lei adquire significados distintos conforme o passar dos anos; ou ocorre uma variação interpretativa diante do capital político, cultural e econômico de quem está diante dela⁷. O Estado, portanto, não pode existir do ponto de vista do direito em si, mas atrelado a este, sendo ele mesmo um lugar por onde passam linguagem (que nunca é imparcial), discurso, ideologia, poder etc.

Ainda nesse sentido, Bobbio descreve o Estado liberal como um emancipador social em diferentes instâncias; não à toa que esta forma de Estado é, para ele, o “pressuposto não só histórico mas jurídico do Estado democrático”. (BOBBIO, 2000, p. 32). A emancipação se daria pela demarcação entre o próprio Estado e o “não-Estado”, concebido este último como todo o conjunto da vida particular, moral e intelectual, as instituições religiosas e mesmo a economia enquanto componente do mercado:

O duplo processo de formação do Estado liberal pode ser descrito, de um lado, como emancipação do poder político do poder religioso (Estado laico) e, de outro, como emancipação do poder econômico do poder político (Estado do livre mercado). [...] O Estado liberal é o Estado que permitiu a perda do monopólio do poder ideológico, através da concessão dos direitos civis, entre os quais sobretudo do direito à liberdade religiosa e de opinião política, e a perda do monopólio do poder econômico, através da concessão de liberdade econômica [...]. (BOBBIO, 2000, p. 23).

É preciso aqui inverter o raciocínio de Bobbio. O Estado liberal não só preservou o monopólio⁸ do poder ideológico enquanto agente do capital, como o reforçou no próprio ato de conceder esses direitos civis, ao fortalecer a ideia de liberdade religiosa, política etc. A ideologia liberal opera justamente quando se faz crer invisível, pois essa é, em si, uma característica da ideologia.

Bobbio, de um modo geral, considera a gama de problemáticas que envolve a democracia, dentre as quais estão: o contraste entre o ideal democrático e a “democracia real”; o “mandato imperativo”, no qual prevalece os interesses pessoais ou de um grupo em detrimento dos coletivos; a presença de oligarquias em regimes democráticos; falta de interesse e educação dos cidadãos em várias democracias; e a burocratização quase kafkiana do Estado de direito.

⁷ O termo “capital” aqui aplicado está no mesmo sentido empregado por Pierre Bourdieu.

⁸ Na verdade, a questão do monopólio deveria ser problematizada; o Estado nunca teve esse monopólio, como podemos analisar a partir do próprio Gramsci e o conceito de hegemonia.

Diante disto, com rica argumentação, o autor reforça a defesa da democracia. Esta seria salva pelo desenvolvimento do próprio capitalismo liberal que, ampliado o direito ao sufrágio universal, resultou no chamado Estado de bem estar social, ou Estado Keynesiano. Esta visão é bem original e desvia o debate sobre Estado e mercado; sobre a “salvação” do capitalismo através da criação do Estado keynesiano. Há uma conciliação, e até mesmo o desenvolvimento natural, entre Estado “forte” e democracia.

O que isso quer dizer, afinal? Bobbio mira nas brechas “possíveis”, invertendo e superando antagonismos clássicos, como por exemplo, o socialismo e o capitalismo, a democracia liberal e o Estado forte⁹. Mas, no período que muitos convencionaram chamar pós-modernidade, no final do século XX, essas são opções dentro do próprio sistema, dentro da ideologia hegemônica. As crises em questão fizeram enfraquecer o conceito/ideia/noção de utopia, assim como também de transformar a ideologia em um conceito “antigo”, ligado estritamente aos partidos socialistas leninistas, fazendo perder seu caráter de análise da realidade. Nesse sentido, nos aproximamos de Slavoj Žižek ao criticar a esquerda contemporânea (fruto desse período) por aceitar as opções dadas pelo próprio sistema capitalista dentro de sua ideologia, como a “escolha”, após os atentados de 11 de setembro, entre o “terror do oriente médio” e o “heroísmo da democracia ocidental”. Bobbio estava em cima do muro de Berlim e, quando este deu sinais claros de queda, restou o consolo democrático (ruínas?) diante das crises.

GRAMSCI E A SOCIEDADE CIVIL

É provavelmente em seus escritos sobre o *Risorgimento* que Antônio Gramsci nos dá a visão mais intensa de sua compreensão dos processos de transformação social. Ao analisar a ascensão da burguesia italiana e a constituição do estado moderno no país ao longo dos séculos XVIII e XIX, insere-os no contexto das revoluções burguesas europeias, traçando um paralelo que nos faz compreender como da crise de hegemonia surgem as transformações sociais mais profundas, engendrando um bloco social capaz de conduzir à nova sociedade – ou apenas parcialmente capaz, como se depreende da experiência do *Risorgimento*.

Da análise gramsciana podemos extrair a noção histórica de tempos longos, que se funda essencialmente na compreensão perspicaz da ontologia das sociedades ocidentais e será fundamental para entender o ponto a que pretendemos chegar: o impacto da teoria gramsciana na compreensão marxista da revolução e da democracia. Gramsci (1984) apontava que o Estado compõe-se da sociedade política e da sociedade civil. Na primeira, manifesta-se a capacidade de dominação, através dos aparelhos coercitivos, englobando a parte administrativa, policial e judiciária. Na segunda, que envolve a sociedade econômica

⁹ É importante colocar que Bobbio diferencia “Estado forte” e “Estado máximo”, assim como “Estado fraco” e “Estado mínimo”. Enquanto o primeiro diz respeito a “cumprir sua missão”, governar, o segundo trata da área de atuação do Estado, de seu conjunto de direitos assegurados, a extensão (ou não) desses direitos.

e as instituições sociais, como a moral, a religião, os partidos, a imprensa etc, dá-se a consecução da direção ético-política da sociedade civil. É no campo da direção ético-política, na sociedade civil, que se dá a articulação de um novo bloco histórico.

A classe dirigente existe como partido, no contexto em que age como organização dedicada a articular sua formulação teórica e ideológica de classe em relação às classes subalternas – que se dá através de seus intelectuais e intelectuais coletivos, por ela formados ou cooptados, e de seus aparelhos públicos e privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001).

A construção de um consenso capaz de dirigir a sociedade civil exige por parte da classe dominante um conjunto de ações, elaborações e concessões capaz de abarcar um bloco social, uma composição de classes liderada politicamente por determinada classe social. É através do bloco social que exerce sua hegemonia em dada sociedade, através da construção de consensos.

Capacidade fundamental que deve ter uma classe dominante/hegemônica é a de dirigir a sociedade civil no sentido de apresentar as soluções e o conjunto de convicções culturais que são necessários a determinado momento histórico. Num momento de crise, as possibilidades contra-hegemônicas surgem na tentativa das classes subalternas de conseguir o convencimento em torno das soluções elaboradas dentro de sua atividade intelectual, formando um novo bloco social capaz de dirigir a sociedade civil. E uma das funções centrais do exercício da dominação e da direção consiste em desarticular e inviabilizar a emergência de contra-hegemonia. Assim vimos que o debate público surge extraído de sua realidade histórica; agentes e ideologias contra-hegemônicas são ignorados no debate público.

Para que a sociedade aceite (consinta) as medidas necessárias para a solução da crise sem necessidade de novas orientações, a realidade ideologizada é o pressuposto da análise da situação histórica. Aparelhos como a imprensa fazem-se voz dos intelectuais do *status quo* que surgem no noticiário e nas análises como fontes, atuando organicamente em relação à classe dirigente. Diante da realidade complexa do mundo vivido, da grande especialização do empreendimento político e econômico, o discurso de autoridade investe o ideário conservador da necessária aparência de realidade objetiva. [Embora não seja fenômeno inteiramente novo, o bolsonarismo faz uma contraposição a isso. Cria até, como arma política, uma repulsa ao pensamento especializado]. Nisso, o moderno estrato dos intelectuais especializados cumpre papel determinante, pautando tanto mídia como agentes públicos, conforme analisa Hobsbawm:

O próprio fato de que a multiplicação de intelectuais assalariados profissionais como estrato social ampliou o abismo entre a maioria deles e os que efetivamente tomam as decisões econômicas e políticas teria sido bastante para fortalecer sua tendência a se considerarem como uma classe de “especialistas” independentes. (HOBSBAWM, 1998, p. 49-50).

Dessa forma, ocorre que nos marcos de determinadas situações nacionais, divergências podem ser manifestadas. Essas divergências se dão em grande parte por cisões de

momento dentro do bloco social hegemônico. Assim, o debate público pode servir tanto para a reconstrução da necessária unidade (hegemonia) quanto para a emergência de novas possibilidades (contra-hegemonia).

No período histórico que anteriormente analisamos e que compreende sobretudo a década de 60 no Brasil, vemos o surgimento de um bloco histórico contra-hegemônico liderado por setores da intelectualidade que possuíam vínculo orgânico com a classe trabalhadora. Bandeiras como as reformas de base serviram para unificar em torno de um mesmo projeto setores da classe hegemônica insatisfeitos com a inserção brasileira na realidade internacional e as classes subalternas mais variadas, que viam nesta alternativa caminho para a realização de promessas não cumpridas por nossa modernização tardia.

Num mundo dividido entre dois polos, capitalista e socialista, as possibilidades contra-hegemônicas eram visíveis constantemente. A sombra da URSS pairava sobre o mundo capitalista com [quase] a mesma força com que os tentáculos do mercado se insinuavam no mundo socialista. Em muitos países do mundo, para dar resposta aos impasses surgidos e à crescente insatisfação das classes subalternas, a classe dominante fizera longos processos de concessão que desaguaram na ampliação dos direitos trabalhistas, das garantias e serviços públicos.

Atrasado décadas em relação às principais economias, o Brasil entra nos anos 1960 com gritante situação social. Incapaz de articular soluções que pudessem abarcar o conjunto das classes subalternas em seu projeto, a classe dominante cede espaço à emergência de um bloco contra-hegemônico que, uma vez ocupando importantes posições na sociedade política, a partir do governo de João Goulart, consegue apontar o caminho da unidade através das reformas de base.

O golpe de 1964 trata-se portanto de uma solução cesarista regressiva que vem no intuito de impedir a possibilidade contra-hegemônica representada por um bloco histórico liderado por forças populares. Como Gramsci apontava, o estado cesarista é antes de tudo um estado policial.

Assim, a grande análise do pensador italiano sobre o *Risorgimento* parece trazer grandes lições sobre a realidade política nacional, e não é à toa que – somando ao fato de aí surgirem as primeiras traduções para o português por Carlos Nelson Coutinho – ao fim da Ditadura Militar o pensamento gramsciano surge como uma forte ferramenta interpretativa para a esquerda, que viu o fracasso de suas abordagens diretas na intenção de dirigir o estado.

A dualidade dialética entre guerra de posição e guerra de movimento é determinante para se compreender como a democracia passa a ser importante na luta política pela transformação social. Para levar a cabo seu projeto revolucionário, a classe dominada que se apresenta como alternativa hegemônica deve assimilar toda a sociedade e “levar à perfeição a concepção do Estado e do direito burgueses até o ponto de conceber o fim do Estado e do direito tornados inúteis por terem exaurido suas funções, sendo absorvidos pela sociedade civil” (GRAMSCI, 1984, 232).

Assim, passa-se a assimilar a ideia de uma originalidade das sociedades ocidentais contemporâneas, nas quais a sociedade política, ou o estado tradicional, – diferente do que ocorre na Rússia revolucionária de 1917 – não mais é tudo, vivendo numa relação de relativo equilíbrio com a sociedade civil.

Essa redefinição do Estado é indispensável para se compreender que em sociedades complexas, como a brasileira da década de 80, o desenvolvimento da alternativa revolucionária requer o desenvolvimento dialético da democracia burguesa e de suas contradições.

Ao longo da Guerra Fria, a classe hegemônica internacional ocupou uma importante posição: consolidou a compreensão pública de democracia como oposto natural do socialismo, que através de suas experiências reais foi paulatinamente associado ao nazismo, numa vulgarização ainda hoje comum mesmo na academia e em círculos voltados aos estudos históricos e sociais. A antevisão que tiveram é que nas sociedades ocidentais contemporâneas, pode-se dizer que ganha a guerra quem, ao final de sucessivas batalhas, impõe uma solução que combina a economia de mercado e a democracia liberal, recusando os “extremismos” de esquerda e de direita.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1981.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. São Paulo: Editora34, 1996. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. II.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. 2. ed. Traduzido por Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. O partido tardio dos trabalhadores. *In: D'INCAO, M. A. (org.). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização***. São Paulo: Cortez, 2001.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

REVEL, Jacques. Micro análise e construção social. *In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise***. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 5.

ŽIŽEK, Slavoj. O materialismo dialético bate à porta. *In: ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe***. São Paulo: Boitempo, 2008.